

Alexandre Rorato Maciel

CRIME ORGANIZADO

Persecução Penal e Política Criminal

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5113-4

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Maciel, Alexandre Rorato.

M152 Crime organizado: persecução penal e política
criminal./ Alexandre Rorato Maciel./ Curitiba: Ju-
ruá, 2015.
312p.

1. Crime organizado. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)

CDU 344

0027

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	17
2 – CRIME ORGANIZADO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E TIPIFICAÇÃO	21
2.1 O Que Não é Crime Organizado.....	25
2.2 Paradigmas de Organizações Criminosas.....	28
2.2.1 Paradigma mafioso ou tradicional ou hierárquico ou piramidal.....	30
2.2.2 Paradigma da rede ou do entrelaçamento de grupos ou agentes criminosos	31
2.2.3 Paradigma empresarial	32
2.2.4 Paradigma endógeno ou institucional.....	33
2.3 A Dificuldade em se Chegar a um Consenso a Respeito do Conceito e da Tipificação.....	34
2.4 Características.....	39
2.4.1 Pluralidade de agentes.....	39
2.4.2 Estabilidade ou permanência.....	39
2.4.3 Finalidade de obter uma vantagem.....	40
2.4.4 Organização ou estrutura ou planejamento empresarial	41
2.4.5 Hierarquia.....	41
2.4.6 Divisão funcional de atividades.....	42
2.4.7 Compartimentalização.....	43
2.4.8 Conexão estrutural com o poder público.....	44
2.4.9 Uso da violência ou intimidação	47
2.4.10 Exploração de mercados ilícitos ou exploração ilícita de mercados lícitos.....	48
2.4.11 Uso de meios tecnológicos sofisticados	49
2.4.12 Oferta de prestações sociais.....	50
2.4.13 Busca pela dominação de territórios.....	51

2.4.14	Internacionalidade ou transnacionalidade.....	51
2.4.15	Obstrução à justiça	52
2.5	O Conceito de Crime Organizado da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional	52
2.6	O Tratamento na Legislação Estrangeira	57
2.6.1	Alemanha.....	57
2.6.2	Itália.....	58
2.6.3	Estados Unidos	60
2.6.4	Espanha	63
2.6.5	França.....	64
2.6.6	Portugal	66
2.6.7	Argentina.....	67
2.7	O Tratamento Dado no Brasil Através da Lei 9.034/95.....	68
2.8	O Tratamento Dado no Brasil Através da Lei 12.850/13.....	70
2.8.1	Conceito	70
2.8.2	Aplicabilidade por extensão	73
2.8.3	Tipos penais incriminadores.....	75
2.8.3.1	Crime organizado ou delito de organização criminosa	75
2.8.3.2	Crime de obstrução da investigação ou obstrução à justiça	78
2.8.3.3	Causas de aumento de pena.....	79
2.8.3.4	Agravante do artigo 2º, § 3º da Lei 12.850/13.....	83
2.8.3.5	Dos crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova.....	84
2.8.4	Afastamento cautelar de funcionário público	89
2.8.5	Investigação de policial nos crimes de que trata a Lei 12.850/13	90
2.8.6	Efeitos da condenação	93
2.8.7	Procedimento e sigilo	94
2.9	O Conceito de Organização Criminosa Dado pela Lei 12.694/12 e a Possibilidade de Julgamento Colegiado em Primeiro Grau nos Crimes Praticados por Organizações Criminosas.....	97
2.10	Apontamentos Sobre o Concurso de Pessoas, Crime de Associação Criminosa (Art. 288 do CP), Crime de Associação para o Tráfico (Art. 35 da Lei 11.343/06), Crime de Constituição de Milícia Privada (Art. 288-A do CP) e o Crime de Organização Criminosa (Art. 2º da Lei 12.850/13)	102

3 – PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROVAS DIANTE DO CRIME ORGANIZADO	119
3.1 Ação Controlada	125
3.2 Infiltração de Agentes.....	133
3.3 Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações	149
3.4 Afastamento dos Sigilos Financeiro, Bancário e Fiscal.....	158
3.5 Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos	167
3.6 Intercepção das Comunicações Telefônicas e Telemáticas.....	174
3.7 Colaboração Premiada	186
3.8 Interrogatório e Participação a Distância do Réu na Instrução	209
3.9 Testemunhas Anônima e Oculta. Juiz e Promotor Sem Rosto.....	215
3.10 Inversão do Ônus da Prova da Ilícitude de Bens Obtidos por Organizações Criminosas	220
3.11 Busca e Apreensão.....	225
3.12 Cooperação Jurídica Internacional.....	227
4 – POLÍTICA CRIMINAL E SISTEMA PENAL: POSSIBILIDADES E GARANTIAS DE APLICAÇÃO PROPORCIONAL	237
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
REFERÊNCIAS	291
ÍNDICE ALFABÉTICO	299